

LEGADO TEÓRICO DE LÚCIO COSTA
Contribuição, Limites, Ambigüidades e Equívocos.

Pasqualino Romano Magnavita

Arquiteto, doutor

Filiação: Pasquale Magnavita e Vincenzina Tosto Magnavita

Travessa dos Barris, 87/1001-bairro Barris,

Salvador/ Bahia CEP 40 070 070

Tels 71 36311737 cel. 71 88701747

e-mail: pasqualinomagnavita@terra.com.br

LEGADO TEÓRICO DE LÚCIO COSTA

Contribuições, Limites, Ambigüidades e Equívocos.

Resumo

O texto revisita criticamente a coletânea de escritos (1929/1961) e publicada em 1961 pelo Centro de Estudantes de Arquitetura da UFRS: "Lúcio Costa: Sobre Arquitetura", com introdução de Edgar Graeff, publicação esta que revela o universo conceitual do arquiteto e abrange o período de três décadas (1929/1961). São "Formas de expressão" do arquiteto, ou seja, o que disse através de muitas questões levantadas, firmes pressupostos, enunciados lapidares, singulares propostas e projetos no universo da arquitetura e do urbanismo. Legado teórico que teve enorme repercussão na formação profissional de gerações de arquitetos em nosso país. Transcorrido quase meio século de sua publicação, uma releitura crítica da referida coletânea pressupõe um diferente olhar, e isso, frente às novas lógicas e repertórios conceituais emergentes no âmbito do pensamento contemporâneo. As diferentes abordagens do arquiteto encontravam-se, então, sob a égide da lógica binária (dialética) e do repertório conceitual herdado da Modernidade e, portanto, torna-se oportuno, hoje, sob um diferente olhar crítico, evidenciar suas efetivas contribuições (arquitetura/arte); os limites impostos ao seu legado conceitual em decorrência da emergência de novos conceitos, lógicas e formas de pensar; ambigüidades no seu entendimento sobre processos históricos e preservação de monumentos; por fim, esclarecimentos sobre alguns equívocos justificáveis em seu tempo. Este ensaio crítico parte de outros pressupostos teóricos, conceitos e lógica, elementos que o pensamento contemporâneo suscita. Portanto, não deve ser entendido como uma "deconstrução" dos textos de Lúcio Costa, mas, objetiva caracterizar e reconhecer, em seu tempo, a excelência de suas idéias, ou seja, suas efetivas contribuições e, ao mesmo tempo, reconhecer, também, as limitações, ambigüidades e, até mesmo, equívocos que emanam de seu condicionamento a pressupostos e diretrizes culturais de seu tempo e que justificam suas abordagens e, também, caracterizam seus entendimentos teóricos/conceituais, históricos, pedagógicos e projetuais adotados pelo memorável arquiteto e urbanista.

Palavras-chave: Moderno, Teoria, Conceitos.

Legado Teórico de Lúcio Costa

Contribuições, limitações, ambigüidades e equívocos.

O tema versará sobre a coletânea de textos publicada em 1962 em Porto Alegre pelo Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura da UFRS intitulada: “**Lúcio Costa: Sobre Arquitetura**” e com introdução do saudoso arquiteto e teórico Edgar Graeff, que evidencia a importância desta publicação e que, em seu entender, “Ela nos é oferecida como instrumento vivo de interpretação do presente e construção do futuro”. Acompanha uma nota informativa do organizador da publicação do então estudante Alberto Xavier.

Transcorrido quase meio século, reler criticamente essa coletânea requer prudência e inspira bastante cuidado, e isso, para evitar precipitadas interpretações e desmerecimentos das reais contribuições de LC, pois, mais do que uma atitude crítica “desconstrutivista” que o título do texto poderá induzir, trata-se de um legado teórico configurado em um conjunto de enunciados, proposições, posicionamentos de um memorável pioneiro e símbolo maior do Movimento de Arquitetura Moderna em nosso país e, portanto, o texto objetiva direcionar e se relacionar com alguns dos pressupostos do pensamento hegemônico herdado da Modernidade e no qual **LC** se inseriu. Consequentemente, o seu pensamento acaba sendo caracterizado pela instrumentalidade da dialética (adoção da lógica binária) e do Plano de imanência (filosófico) e que alguns pensadores da contemporaneidade denominaram de **modelo arborescente**¹ de pensar, incorporando, assim, ontologicamente, o repertório conceitual, filosoficamente criado desde Platão à Heidegger.

A forma de pensar exercida por **LC** frente às aceleradas transformações culturais que no início da década de 60 já se pré-anunciavam e que, hoje, com maior visibilidade e intensidade são percebidas, vale salientar a enorme distância, uma espécie de ruptura existente entre o universo da **Unidade** e da **Identidade** das coisas, ou seja, da convergência, integração e simplicidade das práticas existenciais pressupostas por **L.C.** no ritmo de seu tempo, frente ao universo da **Multiplicidade** e da **Diferença**, da divergência, dispersão e complexidade das práticas existenciais atuais.

A coletânea inclui artigos, cartas, entrevistas, manifestações, pronunciamentos, questões pedagógicas, históricas, projetos, todavia, concentraremos nossa atenção nas formulações teóricas do ilustre arquiteto, extraindo delas suas efetivas contribuições e evidenciando, assim, os limites conceituais, ambigüidades e, até mesmo, interpretações e que, em seu tempo, constituíam construções de verdades. Tratando-se de uma ampla coletânea de 360 páginas e, em função da

¹ “Modelo arborescente” de pensar, expressão analógica usada por Gilles Deleuze, filósofo, para o entendimento da forma de pensar herdada da Modernidade sob a égide da lógica binária e do conjunto de conceitos que caracterizam uma árvore: nascimento e morte (princípio e fim), Unidade, Totalidade (Todo/Partes), Organismo, Ordem, Estrutura, Hierarquia, Reprodução (continuidade, filiação, genealogia), Evolução (linear).

limitação de espaço num texto dessa natureza, escolheremos alguns pronunciamentos mais expressivos do seu legado teórico e assinalados em diversas passagens da coletânea.

O enunciado mais significativo da coletânea e repetido à exaustão nas salas de aula de instituição de ensino ao longo das décadas que se sucederam à sua formulação, diz respeito ao enunciado, ou melhor, dizendo, a **Definição** dada por **LC** à Arquitetura, em seu artigo “Considerações sobre Arte Contemporânea” de 1952. Preferimos transcreve-la para em seguida fazer algumas considerações:

*“Arquitetura é, antes de mais nada, construção; mas, construção concebida com o propósito primordial de ordenar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção. É nesse processo fundamental de ordenar e expressar-se ela se revela igualmente **arte plástica**, porquanto nos inumeráveis problemas com que se defronta o arquiteto desde a germinação do projeto até a conclusão efetiva da obra, há sempre, para cada caso específico, certa margem final de opção entre os limites - máximo e mínimo – determinado pelo cálculo, preconizados pela técnica, condicionados pelo meio, reclamados pela função ou impostos pelo programa – cabendo então ao **sentimento** individual do arquiteto (ao **artista**, portanto) escolher na escala dos valores contidos entre tais limites extremos, a forma plástica, apropriada a cada pormenor em função da unidade última da obra idealizada.” (p. 203). E mais resumidamente diz: “Pode-se então definir a arquitetura como **construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa**” (p.204).*

Definição lapidar e consensual carregada de determinações e indeterminações, inserida e consoante no mundo da representação enquanto **visão macro** da existência, do Real e do Possível, do senso comum, (doxa) e do senso erudito (urdoxa), densa de conceitos (virtuais, incorporais) atualizados discursivamente em estados de coisas, corpos ou vividos, e que acabam por transmitir uma “idéia” ampla do que seja arquitetura. Consciente ou inconscientemente, nessa definição a arquitetura é tratada em nível ontológico como um Ser, “Coisa em si”, Essência, e isso, “em **função** da **unidade** última”. Ainda, **LC** complementa essa definição de arquitetura com outros conceitos “(...) a obra, encarada desde o início como **organismo vivo** (...) estritamente **funcional**” (...) mas, visando sempre e igualmente alcançar um **apuro plástico ideal**, graça a **unidade orgânica** que a autonomia estrutural faculta” (p. 206). Grifos nossos.

Portanto, são evidenciados dois pares conceituais, o primeiro: **Orgânico – Funcional** e são ditos contraditórios (opostos) e visam sua Unidade; o segundo: **Plástico – Ideal**, ou seja, a forma ideal que faz pressupor, outro par conceitual, embora explicitado em outro momento e de extremo uso: **Forma – Função**. Evidenciando, assim, as duas vertentes dominantes nas formulações teóricas do pensamento da arquitetura moderna, dividida entre a determinação do **Ser** funcionalista ou **Ser** organicista.

Concepção essa vigente na época em decorrência da falta de um entendimento mais complexo que hoje possuímos resultante da emergência de novas lógicas e novos conceitos, a exemplo da **Lógica da Multiplicidade**², ou seja, da **coexistência** de heterogeneidades de atributos e expressões arquitetônicas, ocorrência essa que vem permitindo caracterizar as limitações inerentes à lógica binária e a forma de pensar adotada pela Modernidade. Vale lembrar que algumas manifestações arquitetônicas, não tiveram lugar nas inferências de **LC**, a exemplo do Expressionismo alemão e o Construtivismo russo, e que ficaram à margem do debate travado entre os funcionalista e organicistas (embora tais expressões fossem referenciadas por alguns outros teóricos). É mais, a completa omissão da **Arquitetura Dècor**, expressão coexistente com o Movimento da Arquitetura Moderna e tão presente em nosso país, inclusive, introduzindo no âmbito do fervor nacionalista de então, o ornamento indígena (a arte marajoara). Para não falar da completa omissão, nas instituições de ensino, de referências à produção de arquiteturas nômades, informais (favelas) e que desde então já assumiam uma enorme presença e acelerada expansão em nossas cidades e no planeta como um todo.

Nas primeiras décadas que se seguiram ao pós-guerra, os arquitetos oscilavam entre dois parâmetros: os funcionalistas rigorosos, adeptos da racionalidade cartesiana no uso da geometria euclidiana (formas duras, ângulos retos, polígonos regulares, curvaturas de círculo, elipse, coberturas parabólicas ou hiperbólicas, edificações compactas); e os organicistas (formas incertas, dispersas na composição, ângulos agudos e/ou obtusos ou associando formas naturais a guisa de amebas) Alguns arquitetos, mais engenhosos e habilidosos, conseguiram juntar as duas tendências. Todavia, são tendências que continuam coexistindo no mundo da representação enquanto mensagem formal de sua exterioridade (o que se vê).

Na definição de arquitetura enunciada por **LC**, vale observar que na relação **Forma** versus **Função**, a forma arquitetônica enquanto signo se relaciona tanto com o repertório então existente da geometria euclidiana, quanto com as formas da natureza, e isso, enquanto formas definidas geometricamente e previsíveis, ou então, formas orgânicas indefinidas e imprevisíveis. Nessa pressuposição binária, a Função, enquanto conceito se atualiza indistintamente em qualquer programa, interesse ou finalidade. Portanto, a relação Forma/Função, enquanto formada por conceitos atualizados discursivamente nas atividades de projetos arquitetônicos, assume genericamente, qualquer destino, seja ele de emancipação social ou não, de liberação ou de controle. Entraríamos, então, na “visão de mundo” de **LC** e, portanto, da relação ética/estética adotada por ele, questão que comentaremos mais adiante.

Entretanto, em seu enunciado definidor da arquitetura, encontra-se a sua maior contribuição: afirmação da que arquitetura é arte, ou seja, “**construção com a intenção de ordenar plasticamente o espaço**”. Esta afirmação tem muito ver com o debate (binário) então travado entre Ciência versus Arte, e isso, em decorrência do acelerado desenvolvimento de saberes

² Contrapondo-se ao pensamento moderno, uma das vertentes do pensamento contemporâneo, que alguns autores denominam pensamento pós-estruturalista, .

científicos e tecnológicos no mundo moderno em que emerge a hegemonia (“tirania”) da ciência e que, lamentavelmente, ainda perdura (herança do pensamento positivista), e isso não apenas em relação à arte, mas também em relação à filosofia.³

A questão da “**autonomia da arte**” vinha sendo colocada por diferentes pensadores modernos e uma referência maior encontra-se, discursivamente, nos enunciados de Benedetto Croce com sua Estética (1902). A intuição de **LC** se aproxima dessa autonomia, afirmando-a com inalienável, prioridade no fazer arquitetura, enquanto **intenção plástica**. Atitude de resistência contra a dominação das ciências exatas e das tecnologias emergentes, expressão do pensamento positivista que procurava afetar e manter sobre controle todos os saberes.⁴

Vale salientar que essa submissão a uma concepção exclusivamente científica da vida ainda perdura, embora essa relação binária arte/ciência vem sendo superada por algumas vertentes do pensamento contemporâneo. Após nove décadas dos escritos de Croce, os pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari, compuseram a quatro mãos o seguinte enunciado que transcrevo em versão livre e que supera a visão binária da relação arte/ciência: - existem três formas de pensar e criar, a **Filosofia** que cria **conceitos**, a **Ciência** que cria **Funções** (functivos) e **Arte** que cria **Percepções** (perceptos) e **Afetos**, formas estas que se cruzam, se entrelaçam sem síntese nem identificações, pois, são de natureza diferente e sem dominância de uma forma de pensar sobre as outras. Formas de pensar e criar que se cruzam, se entrelaçam e fazem do pensamento uma **Heterogênese**.

Portanto, pensar implica multiplicidade e heterogeneidade e, a plenitude desse pensamento se exerce: quando o conceito se torna conceito de função ou de sensação; a função se torna função de conceito ou de sensação; a sensação se torna sensação de conceito ou de função. A arquitetura é colocada pelos referidos autores como forma de pensar e criar no universo fenomenológico da Arte e considerada por eles a primeira das artes: o abrigo, a casa. LC em sua intuição estava com razão quando afirmava que uma edificação sem intenção plástica é mera construção, pois, nunca seria um “**bloco de sensações**”, no sentido de uma obra de arte (Deleuze/Guattari, 2000).

Entre outras contribuições de LC diversos pronunciamentos se referem à **Integração das artes**; a **honestidade** no uso dos materiais; preocupação com a **Preservação** da arquitetura colonial (limite do seu entendimento, como veremos a seguir em relação a outras expressões arquitetônicas); relacionamento da arquitetura com a paisagem, importância da vegetação; vinculação da arquitetura a Indústria da construção; um conjunto de **mensagens pedagógicas**, particularmente, a atitude metodológica utilizada no projeto Monlevade (1934) e o entendimento

³ Vale ressaltar que a área de arquitetura foi classificada pelo CNPq no aglomerado das ciências Sociais Aplicadas. Ciência aqui entendida como saber, isto é, no universo epistemológico, diferente, portanto, das ciências exatas (duras) e das tecnologias, embora coexistam e interagem (interdisciplinaridade), e isso, na ausência de um “Conselho Nacional de Artes” e que, também, poderia existir.

⁴ Vale lembrar que quando o MEC promovendo a reforma universitária, no ano de 1969 solicitou às faculdades de arquitetura que optassem escolher entre as duas áreas então colocadas: científica ou artística, a grande maioria das instituições de ensino de arquitetura preferiu escolher a área científica, e isso, quase duas décadas depois do posicionamento de LC.

didático da arquitetura enquanto **Composição** (composto de sensações), denominação substituída, posteriormente, por Planejamento arquitetônico, termo genérico dado a qualquer atividade humana. Pois, segundo Deleuze e Guattari:

“(...) composição, eis a única definição de arte. A composição é estética, e o que não composto não é uma obra de arte. Não confundiremos todavia a composição técnica, trabalho do material que faz frequentemente intervir a ciência, (matemática, física, química, anatomia) e a composição estética, que é o trabalho da sensação. Só este último merece plenamente o nome de composição, e nunca uma obra de arte é feita pela técnica” (2999, p. 247).

“Comentando essa citação, vale salientar que a técnica, enquanto saber específico e prático torna-se necessária, pois, entra na sensação, porém, não a determina, incide no “bloco de sensações”, na composição arquitetônica, todavia, não é fator determinante. É o caso específico da arquitetura enquanto arte: Composição arquitetônica como era conhecida anteriormente nas disciplinas de projetos. Todavia, na formação profissional, na atividade de ateliê, se o “partido” construtivo entra no “partido” arquitetônico de forma dominante, o resultado é uma mera construção, pois, nesse caso, a função técnica não “se torna função de sensação”, porém, função de conceito, ou seja, função do conceito função, ou melhor dizendo, apenas função de função.

Em relação aos **limites** de seu legado teórico, eles decorrem principalmente da forma de pensar dominante de seu tempo (arborescente), em que todo o entendimento se encontrava sob a égide da lógica binária. Trata-se apenas de um limite interposto na percepção da realidade e corresponde aos quatro tópicos a guisa de princípios e também considerados “ilusões” do mundo da representação (Deleuze 1988). São eles: a **Identidade** do Conceito que provem da expressão genérica da matemática $A=A$, enquanto “coisas em si”, essências; a **Analogia** do juízo (a arquitetura é um organismo); **Oposição** dos predicados (arquitetura e não arquitetura) e **Semelhança** do percebido (essa arquitetura parece com... sempre de faz um referência a algo vivenciado). Acreditamos oportuno tecer algumas considerações a respeito desses tópicos/princípios que muito tem a ver como o pensamento dominante e que consciente ou inconscientemente afetaram o pensamento de **LC**.

Quando se fala de Identidade e se afirma que a arquitetura deve tê-la, entende-se que ela pressupõe um reconhecimento visual, uma reconhecimento em função da experiência empírica do observador. E pressupõe **Unidade, Ordem, Forma, Função, Estrutura** enquanto **Organismo** “vivo”, **Estabilidade**, Equilíbrio, entre e estes e outros conceito respaldados pela tríade vitruviana da arquitetura enquanto “coisa em si”, **Essência**. Vale ressaltar que **essencialismo** tem sido combatido pelo pensamento contemporâneo, pois, ele parte do pressuposto que não existem “**coisas em si**” as coisas são relações e resultam de dinâmicas e imprevisíveis conexões, articulações, sobreposições, zonas de vizinhanças, contaminações, hibridizações, temporalidades diferentes, ou seja, um Todo de fragmentos, uma **Totalidade segmentaria** e na qual, os

elementos dinamicamente inseridos não se encaixam a guisa de um “quebra-cabeça”, no entendimento estático do Todo e suas Partes e concebido pela ontologia clássica e moderna, na Unidade do Ser. Trata-se, pois, de uma Multiplicidade e Heterogeneidade e, mais do que o conceito de Identidade (ainda hoje hegemônico), emerge o conceito de **Diferença**, o qual encontra no universo micro (molecular), portanto, não mais no mundo da representação, sua atualização. Pois, as coisas, como afirmamos anteriormente, elas se repetem diferenciando-se, elas não se mantêm as mesmas. Ocorrem, pois, diferenças de grau e/ou de nível e nem sempre de natureza e quando a diferença é de natureza, emerge um Acontecimento, uma descontinuidade, mutação, uma **criação** no sentido mais preciso, um **Devir-outro** da existência.

A **Oposição**, ou seja, a dualidade no entendimento da Realidade do mundo da representação é básico na forma de pensar, falar e ver e que Foucault denomina de formas de expressão e formas de conteúdo e para Deleuze/Guattari: agenciamentos coletivos de anunciação e agenciamentos maquínicos. Vale salientar que a dialética com seus conceitos criados ao longo da história, constitui um instrumento aplicado nas práticas do cotidiano e caracteriza-se por ter um limite, ou seja, sua exterioridade. A mecânica clássica continua coexistindo com a mecânica quântica (microfísica), mas, tem suas limitações, pois, não avança além de um plano referencial da pura visibilidade e do estado de coisas e de corpos. Pois não adota, propriamente, o princípio da Indeterminação, da incerteza (paradigma da física quântica). O mesmo se poderia dizer da discursividade elaborada pela Modernidade em arquitetura e cujos conceitos aplicados à crítica arquitetônica têm seus limites na psicologia da forma (gestalt), sob a égide da percepção visual. Não apenas a relação **figura/fundo**, mas, coexistem Multiplicidade e heterogeneidade de elementos que envolvem a produção de arquiteturas (relações de poderes - redes de micropoderes, processos de subjetivação individuais e coletivos, relações econômicas, sociais e culturais, entre outras).

Semelhança do percebido, tal tópico/princípio habita nos textos de teoria/crítica de arquitetura e que são sempre referências genéricas à “estilos” codificados relacionados a determinados momentos históricos (clássico/romântico, gótico/renascimento, orgânico/funcional, popular/erudito e, hoje, Moderno/pós-moderno. Além das expressões neoclássico, neocolonial, neobarroco, neomoderno, ou então, referências à arquitetos (Vitruvius, Alberti, Piranesi, Gropius, Le Corbusier, Mies, Aalto, Oscar, Lúcio, Lelé e muitos outros); à escolas (Bauhaus, Chicago, Veneza, Carioca, Paulista, entre outras); à arquitetura continental, regional, nacional, urbana, local e expressões genéricas: arquitetura oriental, mediterrânea, árabe, nórdica, espanhola; cidades como Roma, Ouro Preto, Las Vegas, Barcelona; locais como Barra da Tijuca, Baixada Fluminense) Costuma-se afirmar que Recife é a Veneza brasileira, Bariloche a Suíça da América do Sul, entre outras genéricas afirmações. Nos texto de **LC**, tais semelhanças e generalidades são freqüentes, particularmente no texto: “Considerações sobre arte contemporânea” de 1952 (p.107, 108.).

Outra limitação do pensamento de **LC** diz respeito ao seu entendimento em relação à preservação do patrimônio histórico e artístico. Conhecedor que era do legado colonial, e em função dos cargos que ocupou na gestão do patrimônio arquitetônico colonial brasileiro, demonstrou obsessão por ele e não conseguiu reconhecer e valorizar outras expressões arquitetônicas, ou seja, arquiteturas neoclássicas, ecléticas, art-nouveau, proto-moderno, décor e, em decorrência dessa limitada visão de Patrimônio arquitetônico, pois, muitas e importantes edificações não foram tombadas e, conseqüentemente, destruídas pela voraz especulação imobiliária urbana.

Algumas **ambigüidades** percorrem a coletânea e em parte decorrem do estado da arte dos conhecimentos de seu tempo, e isso, seja em relação a questões pedagógicas, ao entendimento da história da arquitetura, ou mesmo á questões técnicas. Louvável a preocupação de **LC** em relação e o ensino do desenho (texto de 1948), definido diferentes modalidades (desenho técnico, desenho de observação, desenho de ilustração, desenho de ornamentação e desenho de criação). Todavia, surpreendem a indicação para a primeira série primária do curso os modelos sugeridos para o desenho de observação:

*(...) Os primeiros modelos para a modalidade de desenho deverão ser objetos produzido pela indústria regional popular, desses que ainda se vendem no mercado do norte do país; bichos de barro pintado, vasos, moringas, cuias, esteiras, tecidos de algodão, bonecas, redes, modelos de jangada, etc, não só por haver uma certa correspondência ou equivalência, entre o estado mental das crianças na idade em que ingressam no curso secundário e os artistas anônimos que produzem tais obras, como pelo extraordinário sabor, pelo interesse humano e pelo alto teor plástico de que elas se acham impregnadas, sendo assim, do maior interesse que as crianças assimilem cedo esse precioso vocabulário; poder-se-á recorrer, também, a material etnográfico, além de folclórico, armas, utensílios diversos, converia que o Museu Nacional fornecesse às escolas reproduções de pequenas peças **originais** de cerâmica de Marajó e de Santarém, mas **proibir** terminantemente o emprego, como modelo de cerâmica feita agora com “estilizações” marajoara, seja ela de que procedência for” (p. 137).*

Há nessa afirmação um conjunto de sugestões relacionado com **conhecimentos** que os alunos deveriam assimilar em relação à produção artística popular nacional anônima ou a material etnográfico, elementos esses que em geral são complexos em seus atributos plásticos para aqueles que se iniciam no exercício do desenho de observação. Concordamos com a defesa da **originalidade** dos modelos e da **proibição** de cópias estilizadas, embora, colocadas como exigências por **LC**, são exteriores à didática do desenho de observação para iniciantes, pois se referem apenas aos pressupostos defendidos por **LC**, ou seja, revelam sua afecção pela cultura nacional, seu sentido de **autenticidade** das obras de arte e contra as **imitações e reproduções** estilísticas então ainda tão freqüente nas academias de arte. As técnicas de observar e desenhar para iniciantes, tem, pedagogicamente, outros pressupostos que o modelo, ou seja, captar não

apenas graficamente o modelo mas exercitar a visão com elementos inicialmente mais simples e estimulantes, mais do que a reprodução de modelos, criar livremente enquanto vivência de cada criança e com os mais diversificados meios, lembrando que, objetos de artesanato dito popular, em sua composição plástica de expressão (formas, materiais, textura, cor), não são de fácil apreensão e representação em desenhos de observação para principiantes.

Embora louvável esse interesse de **LC** pelo ensino do desenho de observação, essas afirmações traduzem intuições complexas e ainda bastante problemáticas, pois, hoje, como afirmamos, se procura mais a criação que a reprodução. Todavia, a preocupação maior entre os pedagogos relaciona-se com o progressivo desaparecimento da habilidade manual de desenhar, e isso, em decorrência da emergência das tecnologias digitais. Preocupação essa também do arquiteto urbanista, Paul Virilio, mentor da nova tendência: “transarquitecturas, ou seja, arquitecturas além da arquitectura”, no universo da nano tecnologia⁵.

Referindo-se ao emprego do **brise-soleil** no edifício do Ministério da Educação e Saúde, **LC** comenta em relação à proteção térmica no edifício do Ministério da Educação:

*“As cortinas de enrolar, das quais diversos tipos são usados aqui no Rio, além de apresentarem inconveniente equivalentes ⁶, dariam ao conjunto o aspecto comum de apartamentos, o que no caso seria lamentável! (...) Restava, portando, uma única solução: o **brise-soleil** proposto por Le Corbusier para a Argélia. Consiste este sistema em uma série de placas adaptadas à fachada, a fim de protegê-la dos raios solares, em disposição a ser estudada de acordo com os casos apresentados. Torna-se, entretanto indispensável, uma vez que até então não fora usado este meio de proteção” (p. 59).*

De fato, se de um lado a solução evita a iluminação solar incidindo diretamente, o que parece uma solução “genial” de Le Corbusier, do outro, o conjunto de placas, colocadas próximo às esquadrias, sem o devido afastamento para a circulação do ar e amenizar os efeitos da irradiação, funciona como um transmissor de calor, pois, embora evite a incidência solar, todavia, não ajuda a climatizar a edificação, considerando que com o uso do brise, a superfície da fachada é ampliada. Mesmo com a reflexão dos raios solares em superfície clara, a absorção e a transmissão de calor continuam, embora, sensorialmente, a luz solar direta para quem trabalha torna-se insuportável. O desejável para garantir um maior conforto ambiental seria um adequado afastamento do brise da fachada, dispositivo de maior custo e de mais difícil manejo e manutenção e, também, exigiria uma diferente fachada, outra expressão plástica da edificação.

Enquanto “visão de mundo” no sentido ético de emancipação social, portanto político, evidentemente, não partidário, **LC** demonstra em relação à sua percepção ampla e objetiva da

⁵ Entendida como “arquitectura além da arquitectura” com auxílio das tecnologias da computação Atividades interdisciplinares e que tem em Paul Virilio seu mentor e em Marcos Novak seu divulgador.

⁶ Referindo-se anteriormente ao comentário de Paul Nelson no seu livro “Architecture Hospitalière” relativo ao sistema de varandas ao redor do edifício que considerava um inconveniente capital em decorrência da propagação do calor (energia acumulada e irradiante).

sociedade de seu tempo, uma atitude democrática, todavia, na micro percepções do seu subjetivo entendimento, revela um certo conservadorismo, talvez injustificável. Comentando a passagem da condição escrava à condição de trabalhado assalariado, depois da Abolição, **LC** afirma:

*“(...) Só mais tarde, com o primeiro após-guerra, a pressão econômica e a conseqüente valorização do trabalho, despertaram nas ‘domésticas’ a consciência de sua relativa libertação, iniciando-se então a fase de **rebeldia**, caracterizada pelas ‘**exigências absurdas**’ (mais de cem mil reis) e pela **petulância** no trato ao invés da **primitiva humildade** (...) Aliás, a criadagem negra e mestiça foi precursora da **americanização dos costumes** das moças de hoje: as liberdades de conduta, os ‘boy-friends’, os ‘dancings’, e certos **trejeitos vulgares** já agora consagrados nos vários escalões da hierarquia social” (p.175), Grifos nossos.*

LC em sua condição de pertencer à classe média, não entendeu o valor da rebeldia e das exigências salariais das domésticas, pois se tratava de justas reivindicações da classe operária. E, provavelmente, afetado em seu modo de vida, pela nova ordem do Capital, atribui, ingenuamente à criadagem negra a americanização dos costumes, esquecendo a importância que teve em seu tempo a “Política da boa vizinhança”, a influência do cinema americano, o marketing de publicidades, e a importação de produtos, hábitos e costumes, voltados para a produção do consumo e que hoje atinge o seu clímax no mundo globalizado. Provavelmente, mais do que ambigüidade, talvez um equívoco de entendimento da dinâmica econômica, política, social e cultural de dominação do nascente imperialismo americano.

Outro entendimento voltado a conceber a **Unidade** das coisas, fato que perdura ao longo de sua vida e de forma nostálgica, enquanto conceito dominante na sua forma de pensar e movido pelo natural sentimento nacionalista de seu tempo, de país Nação, **LC**, rebatendo esse afeto em relação á arquitetura, comenta, em seu primeiro artigo “Alejadinho e a arquitetura tradicional”, de 1929:

*“(...) E quando já se conhece Bahia, Pernambuco e os outros, e que se observa que afora pequenos detalhes próprios a cada região, o espírito, a linha geral, a maneira de fazer é sempre a mesma, seja no Caraça ou seja em Olinda, é aí que a gente vê que o Brasil, apesar da sua extensão, diferenças locais, tinha de ser mesmo **uma coisa só**”. Mal ou bem foi modelado de uma só vez, pelo mesmo espírito, é uma só mão. Torto, errado, feio, como quiserem, mas uma mesma estrutura, uma peça só (...) Entretanto, há mais de um século, quase dois, que isso tudo, parou. Vinha andando tão bem; de repente parou, desandou e a gente fica sem compreender nada. Mas afinal, que fim levaram aqueles indivíduos que trabalhavam tão bem o jacarandá, e faziam aquelas camas, aquelas arcas e cinzelavam aquelas solas? E aqueles mestres anônimos que proporcionavam tão bem as janelas e portas e davam aos telhados, às beiradas, aquela linha tão simpática? “(p.15-16).*

È compreensível esse desencanto para quem apostou no passado e se encontrava frente à emergente industrialização do país, em meio à convulsão do final da década de 20. Embora, mais tarde tivesse tomado posição em relação à vinculação da arquitetura moderna com a indústria, fato esse referido anteriormente como sua efetiva contribuição no entendimento da arquitetura moderna (depois que deixou de aderir à arquitetura neocolonial), esse sentimento pelo patrimônio herdado do período colonial constitui uma preocupação e angústia que **LC** carrega por toda a sua existência, Obsessão essa que o impede de ver outras expressões arquitetônicas com já afirmamos anteriormente. Contudo, esse entendimento do país, apesar das diferenças, como **“uma coisa só”** reafirma a sua forma de pensar, o seu legado teórico e que tem no conceito de **Unidade** a palavra-chave, a qual tem um posição hegemônica em relação ao conceito de **Diferença**, ou seja, o Brasil, enquanto Nação, preserva sua Unidade, apesar das diferenças. Como unificar o que realmente é dividido, fragmentado, disperso, ou seja, uma Multiplicidade e Heterogeneidade de etnias, de línguas (indígena, africanas, imigrantes) de costumes, economias (riqueza, pobreza, miséria), de regiões politicamente sujeitadas (coronelismos generalizados), em fim, o Brasil da Diferença e não da Unidade?

Em 1960 com inauguração de Brasília, o Plano Piloto sofreu críticas, tanto em relação à utopia de sociabilidade da proposta, quanto ao funcionamento do sistema viário do projeto urbanístico. O Plano projetado para 400.000 habitantes deveria abrigar tantos os representantes do poder legislativo e judiciário quanto o sistema hierárquico do funcionalismo, incluindo aqueles que ocupavam o patamar inicial (contínuos e serventes). Jamais teria imaginado e com ele muitos de nós que, resguardado o Plano Piloto, a cidade se tornaria um tecido híbrido onde predominariam extensas áreas afaveladas. Ausência, pois, de uma percepção da dinâmica social do seu tempo e cuja capital Rio de Janeiro já demonstrava ser um imenso palco de conflitos. Pensar que Brasília não o seria, apostando no controle do poder central, denota um ambíguo e inconsistente entendimento da realidade social, apenas uma utopia como tantas alimentadas naquele momento histórico.

Outra questão diz respeito à crítica formulada ao tráfego de Brasília, cinco meses depois de sua inauguração, e publicada no Diário da Noite editado no Rio de Janeiro em 13/09/60, de autoria do deputado Geraldo Menezes Cortez, ex-chefe do serviço de trânsito da antiga capital. Crítica que resultou de uma minuciosa análise e experiência vivida pelo articulista na nova capital e expressando sua admiração por **LC**, comenta:

“(...) verdadeiramente genial, que se reafirma cada vez mais, sobretudo, entre os urbanistas, graças à gentileza de suas concepções e à lucidez como apreende os problemas, bem como graças às soluções novas que sugere ou adota com a coragem e a espontaneidade só reveladas pelas inteligências privilegiadas, obrigou-me a uma especial cautela na crítica à cidade que ele planejou (...) Preferia só ter o que elogiar no plano de Brasília e nenhuma crítica a realizar do ponto de vista da engenharia de tráfego.

Infelizmente, entretanto, encontro alguns erros graves (...) O interesse público exige que não silencie” (p. 313). Grifos nossos.

Quem teve uma experiência específica em Brasília, dirigindo, percebe um conjunto de indicadores concordantes com as críticas formuladas pelo articulista. A principal diz respeito ao Eixo Sul que tantas mortes de pedestres causaram em decorrência de ausência de “barreiras”, e isso, elevando o eixo com as passagens de pedestres em nível ou, então, construindo passarelas elevadas, dispositivo, hoje, comumente em uso, pois, a articulista prossegue:

“(...) Nenhum tráfego motorizado rápido deve sofrer qualquer interferência de uma travessia de pedestres. Por outras palavras, os pedestres não devem cruzar as pistas do tráfego motorizado rápido, não devem andar sobre a superfície de rolamento dessas pistas” (...) De acordo com as condições topográficas do local, a pista de alta velocidade deve ser enterrada, em trincheira, ou elevada. (...) Se não quisermos que os pedestres não passem por cima da pista, arriscando a vida, teremos de elevar toda a avenida sul já construída, ou isola-la de fora a fora, com gradil”. (p. 314- 315).

Outra questão levantada pelo articulista diz respeito á ausência de ciclovias: “(...) A topografia de Brasília, levemente ondulada com grandes extensões planas ressalta a importância da bicicleta, como um útil e popular meio de transporte individual.”. (p. 315). outras críticas dizem respeito ao uso de “ângulos retos e curvas fechadas”, pois, os raios dos trevos são insuficientes, deveria ter 45,00m e têm apenas 15,25m, pois, “(...) A largura das pistas dos trevos do Eixo Sul é insuficiente e por isto é comum observarem-se choques de rodas dianteiras com o meio fio externo de tais curvas”. Muitas outras observações e críticas são feitas e que têm fundamentação meramente técnica.

Não há registro na coletânea onde e quando **LC** respondeu às críticas formuladas pelo mencionado deputado, se ela foi publicada no mesmo jornal carioca, ou foi dirigida diretamente ao autor das críticas, pois não há data de sua publicação. Contudo, a réplica de **LC** deixa o leitor pouco convencido. Justificando sua proposta em relação ao projeto viário de Brasília, **LC** comenta: “(...) as críticas decorrem, em parte do nosso modo diferente de encarar o assunto e em parte do seu desconhecimento da intenção original e dos objetivos visados”. Faz considerações da relação veículos/pedestre, afirmando que “(...) não sou partidário da completa separação de veículos e pedestres. A pista central do eixo rodoviário-residencial não é propriamente uma pista destinada a altas velocidades” (p. 220). Entretanto, o conjunto de considerações defensivas, particularmente em relação à elevação da pista do Eixo Sul, à questão da utilização do ângulo reto no desenho do sistema viário e dos trevos, alegando que a função deles “(...) é restrita e os raios de curvatura são necessariamente limitados para que não se perca a **escala** devida na largura total do referido eixo” (p. 322). Grifo nosso.

O que se pode concluir desse embate que não houve a devida adequação entre o “saber técnico” da engenharia de tráfego de então e o “saber urbanístico/artístico” que definiu a composição, do desenho urbano da nova capital e de seu sistema viário. Na época, os estudos interdisciplinares não eram tão comuns, principalmente nessa área de sistemas viários urbanos. Os que vivenciaram Brasília reconhecem em suas próprias experiências de circular por ela, as limitações do sistema viário proposto. A técnica de então, em relação ao tráfego de veículos, não entrou, no caso, no “bloco de sensações” do desenho da cidade proposta por **LC**. Prevaleceram as preocupações de natureza estética (geométricas), e os conhecimentos técnicos adotados por **LC**, ou por alguém que o assessorou nessa parte do projeto, não foram suficientes para evitar os problemas assinalados na crítica formulada. O não registro de onde e da data da publicação, faz supor que a resposta foi enviada diretamente ao deputado. Compreende-se, também, como assunto tão relevante e, caso a réplica fosse tão convincente e acertada, tal fato, teria sido comentado no livro “Lucio Costa – Registro de uma vivência” (1995).

“Entre” considerações

Via de regra, fazem-se considerações finais, entretanto, “as coisas” não têm princípio nem fim, encontra-se sempre no meio, no entre, no *intermezzo*, de situações, de circunstâncias, de diferentes contextos. A coletânea encontra-se na nossa estante há quase meio século e contém ainda mais, os trinta anos de vivências de **LC**. Aplicando o paradoxo do Tempo proposto por Bérgrson: “o Passado **coexiste** com o Presente que passa”, ou seja, a coexistência da Memória, os escritos de **LC** sempre estiveram presentes na nossa memória, embora ao longo dos anos as questões desde então levantadas por nós, ficaram acumuladas e/ou dispersas no Presente que passava e, então, só agora, no presente que está passando, tentamos expressá-las, criando uma oportunidade de apresentá-las e, promovendo se forem possíveis, novas conexões e entendimentos sobre o legado teórico deixado pelo insigne arquiteto/urbanista.

A nossa intenção, como afirmamos no início, não tem nenhuma conotação de negação, de desprestígio, pois, o legado teórico de Lúcio Costa deve ser entendido em relação às limitações de seu tempo, e dos conhecimentos que emergiam da sociedade industrial nascente em nosso país e, portanto, neste sentido, o conjunto de suas idéias foi de expressiva positividade. As questões agora levantadas têm apenas a intenção pedagógica de mostrar, particularmente aos jovens, que nos encontramos em tempos bem diferentes daqueles de L.C., sob o impacto de novas formas de pensar, novas lógicas e conceitos, embora a forma de pensar binária sob a égide do pensamento arborescente continua ainda hegemônica e até mesmo nas instituições de ensino.

Resumindo, como sugere Félix Guattari, os novos pressupostos teóricos e as práticas arquitetônicas exigem uma indissociável relação entre o fazer estético (intenção plástica), tão recomendada por Lúcio Costa e a “visão de mundo” enquanto atitude ética, e comenta:

“(...) O alcance dos espaços construídos vai então bem além de duas estruturas visíveis, e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, máquinas abstratas (...) portadoras de universos incorporais que não são, todavia, Universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma singularização libertadora da subjetividade individual e coletiva. (...) O componente estético trazido pelo arquiteto enquanto criador, pode-se tornar o elemento primordial do Agenciamento com mil coações funcionais, sociais, econômicas, de materiais, de meio ambiente, que constitui o Objeto-sujeito arquitetural. Vê-se que o paradigma ético-estético é chamado a passar ao primeiro plano” (Guattari, 1993).

Sem dúvida, o pensamento de **LC** expressa um justificável e visceral apego às exigências de natureza estética (intenção plástica), todavia, seu posicionamento ético, enquanto “visão de mundo”, expressa sua concordância com os ideais do capitalismo industrial então emergente em nosso país, na trilha da “Ordem e do Progresso”, do desenvolvimentismo nacional (“cinquenta anos em cinco” de JK), da onda do positivismo científico, do antagonismo entre arte e ciência sem, todavia, tocar propriamente nos conflitos sociais, nas questões relacionadas com a segregação urbana, nas extremas desigualdades da condição humana, hoje, em proliferação crescente apesar dos avanços científicos e tecnológicos, particularmente, em relação à Brasília, cidade que apesar de seus pressupostos, passou a se constituir num paradigma de macro injustiça social e que se poderia definir, hoje, a cidade de Brasília como "uma grande favela com bolsões de riqueza" - (o Plano Piloto, as mansões do Lago e os condomínios fechados de luxo).⁷

O texto nasceu da enorme afetividade que sempre tivemos por Lúcio Costa ao longo dos anos e procurou expressar a nova afetividade que aqui e agora desenvolvemos em relação ao momento atual, fato que nos permitiu tecer algumas considerações e que dizem respeito aos valores e verdades construídas num passado recente e que merecem a devida atenção, pois eles, embora não exerçam mais sobre nós a hegemonia que então desfrutavam, constituem registros importantes que ajudam a compreender o caráter temporal das imprevisíveis transformações, de devires outros da existência e da condição humana na contemporaneidade que estamos vivenciando, ou seja, no “Entre” dos problemas que se acumulam e das complexas soluções que procuramos alcançar. A coletânea “Sobre Arquitetura” de Lúcio Costa, enquanto Memória continua coexistindo enquanto o Presente passa... E é possível dizer mais coisas sobre Lúcio Costa, no Entre do Presente que estará por vir... e que também passará , mas a Memória permanece, continua coexistindo e constitui uma referência que ajuda a compreender e a trilhar os imprevisíveis e indeterminados cominhos da existência.

⁷ Expressão usada pela socióloga Maria de Azevedo Brandão na década de 70 em relação à Cidade do Salvador na Bahia. No novo milênio, a expressão mais adequada seria: Salvador um favelão com bolsões de elevada riqueza: os condomínios fechados de alto luxo.

Bibliografia

CEUA, Alberto Xavier (org) -- Lúcio Costa: Sobre arquitetura, Porto Alegre, 1962.

COSTA, Lúcio – Registro de uma vivência, Brasília, ed. UnB, 1995,

DELEUZE, Gilles - Diferença e Repetição, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles., GUATTARI, Félix - Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia, Rio de Janeiro, 1º vol. ed. 34, 1997

----- O que é a Filosofia? Rio de Janeiro, ed. 34, 2000.

FOUCAULT, Michel - As Palavras e as Coisas, uma arqueologia das ciências humanas, São Paulo, ed. Martins Fontes, 1981.

-----Vigiar e Punir, Petrópolis/RJ, ed. Vozes, 20ª, edição, 1999.

GUATTARI, F.- Caosmose, um novo paradigma estético, RJ, ed. 34, 1993.

VIRILIO, Paul ----- O Espaço Crítico, Rio de Janeiro, editora 34, 1995.